

# **O ALENTEJO NA GUERRA PENINSULAR**

**TERESA FONSECA**

CIDEHUS / Universidade de Évora



A Guerra Peninsular, um dos episódios mais marcantes da História de Portugal, inscreve-se num fenómeno de maior amplitude que António José Telo designou por «guerras globais de 1792-1815». E estas, por seu turno, representam uma consequência directa dos efeitos da Revolução Francesa junto dos outros Estados europeus (Telo, 2005).

Depois de uma atitude inicial de neutralidade expectante perante o desenrolar dos acontecimentos políticos despoletados em França em 1789, a condenação à morte e a execução pública de Luís XVI desencadearam fortes reacções diplomáticas, que culminaram, em 1792, na primeira coligação contra a França.

Neste contexto, o envolvimento de Portugal no conflito europeu tornou-se inevitável. Em consequência do tratado assinado com a Espanha em Julho de 1793, que determinava o auxílio mútuo das duas nações ibéricas contra a República Francesa, o nosso país travou o primeiro combate directo com os gauleses nas Campanhas do Rossilhão e Catalunha, entre 1793 e 1795.

O comando da força expedicionária portuguesa, composta por 5400 homens, foi entregue, de acordo com uma tradição proveniente da Guerra da Restauração e que se intensificara a partir da segunda metade de setecentos, a um oficial estrangeiro (Vicente, 2000: 57-73), o escocês John Forbes Skellater. A divisão lusa logrou algumas vitórias nos Pirinéus Orientais. E demonstrou, durante a retirada para a Catalunha, uma coragem e uma combatividade superiores às de algumas unidades espanholas.

Ainda em 1795, a Espanha assinou em Basileia, sem dar conhecimento ao governo português, uma paz separada com a França. A este acordo sucedeu-se o de Santo Ildefonso, pelo qual aqueles dois países se tornaram aliados. Excluído das negociações, Portugal continuava teoricamente em guerra com a República Francesa mas numa situação ainda mais vulnerável.

Por conseguinte, após alguns anos de negociações diplomáticas complexas, pautadas pelas pressões crescentes da França através da mediação espanhola para que Portugal rompesse a aliança com a Inglaterra, o pequeno reino ibérico sofreu, em 1801, a primeira investida em território nacional (Fugier, 2007). Decretada por Bonaparte, embora concretizada pelas tropas do país vizinho lideradas por Godoy, a Guerra das Laranjas é considerada por António Pedro Vicente como a primeira das invasões sofridas por Portugal, no contexto da Guerra Peninsular (Vicente, 2008).

Embora a deflagração de um conflito com a Espanha e a França se afigurasse há muito uma realidade inevitável, o Príncipe Regente, talvez confiante no bom êxito das iniciativas diplomáticas e no auxílio britânico, descuidara a defesa do país, incluindo a preparação militar. Porém, ao falhanço da diplomacia juntou-se o repatriamento, a partir de Novembro de 1800, das forças britânicas estacionadas em Lisboa (Parra, 2002: 296). Tais factos, acrescidos da inferioridade das tropas portuguesas em homens, armas e equipamentos e dos cuidadosos planos de invasão previamente elaborados pelo adversário (Ventura, 2006), facilitou a sua acção em território luso.

O duque de Alcudia distribuíra o seu exército ao longo de toda a raia, mas concentrou a ofensiva no Alentejo. O octogenário duque de Lafões, na qualidade de comandante em chefe do Exército, juntou por isso a maior parte dos seus homens nesta fronteira e entregou a direcção das operações mais uma vez ao general Forbes.

Dada a dificuldade em conquistar Elvas, Alcudia neutralizou esta importante praça militar através da ocupação, numa operação militar fulminante, das localidades vizinhas de S. Vicente e Barbacena, seguidas de Monforte, Santa Eulália, Arronches, Olivença, Juromenha, Ouguela, Portalegre, Castelo de Vide, Alpalhão, Nisa, Crato, Flor da Rosa e Campo Maior, esta última após duas semanas de cerco.

A guerra terminou com o acordo de paz, assinado a 6 de Junho em Badajoz, pelos representantes das duas coroas ibéricas. No Artigo II, impunha-se a Portugal o encerramento de todos os seus portos aos navios da Grã-Bretanha. E no Artigo III estabelecia-se a restituição das praças tomadas pelos espanhóis, excepto Olivença, com o seu território e habitantes.

Seguiu-se-lhe o tratado entre Portugal e a República Francesa, assinado em Madrid a 29 de Setembro do mesmo ano. No Artigo II, reiterava-se a obrigação do encerramento dos portos portugueses aos navios britânicos, impondo-se ainda a sua abertura às embarcações mercantes e de guerra da França e dos seus aliados. E no Artigo VI, aplicava-se a Portugal o pagamento de uma pesada indemnização àquele país, a liquidar dentro de doze meses.

Apesar da curta duração e dos baixos índices de mortes e destruição, o conflito representou uma pesada derrota política e moral para o reino português. A perda de Olivença alteraria, a favor da Espanha, a fronteira entre os dois países, que permanecera imutável durante vários séculos (Ventura, 2008).

Todavia, o seu desfecho poderia ter sido bem mais gravoso e de consequências imprevisíveis. A 7 de Junho, quando as negociações entre o embaixador português Pinto de Sousa, Godoy e Luciano Bonaparte estavam praticamente concluídas, chegava uma ordem de Napoleão de invasão das províncias portuguesas da Beira, Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes. Tal determinação teria provocado certo embaraço entre os negociadores francês e espanhol, que segundo alguns historiadores, contornaram o problema recorrendo à antecipação oficial para dois dias mais cedo, da data do acordo de Badajoz, na realidade firmado a 8 de Junho. O ardil, atribuído a Godoy, não impediu a cólera do Primeiro Cônsul, que qualificaria o tratado como «um dos reveses mais espectaculares» da sua magistratura (Parra, 2002: 309).

Sucederam-se seis anos de paz precária e onerosa, marcada pelas pressões e ameaças insistentes da França face ao incumprimento português dos Tratados de Badajoz e de Madrid, no respeitante ao encerramento dos seus portos aos navios da Grã-Bretanha. E perante as hesitações do Príncipe Regente em cumprir o ultimato recebido em Lisboa a 14 de Agosto de 1807, Napoleão ordenou às tropas acantonadas em Bayonne a invasão do território português, após ter assegurado a colaboração espanhola, estabelecida em Fontainebleau, a 27 de Outubro do mesmo ano.

Em cumprimento das ordens imperiais, Junot cruzou a fronteira hispano-lusa nos finais de Novembro. Cortou caminho em direcção a Lisboa, onde chegou no dia 29. Aqui teria avistado, à saída da barra do Tejo, as últimas embarcações da frota lusobritânica que transportava para o Brasil a família real (Soriano, 1870: 20-23), acompanhada de 15000 cortesãos, funcionários, artistas, magistrados e militares (Pereira, 2008: 112).

Quase ao mesmo tempo, entraram também em Portugal três divisões do exército espanhol. Uma comandada pelo general Carrafá, distribuiu os seus homens por Lisboa e Porto. Outra, dirigida pelo general Taranco, fixou-se nesta última cidade. E a terceira, conduzida por D. Francisco Maria Solano e constituída por 6000 homens (Bessa, 1996: 235), iniciava a ocupação do Alentejo e do Algarve em nome do Príncipe da Paz, a quem tinha sido atribuído o sul de Portugal, no clausulado secreto sobre a partilha deste reino, inserido no Tratado de Fontainebleau atrás referido.

O marquês del Socorro fez a sua entrada pela fronteira do Caia a 1 de Dezembro (Soriano, 1870: 178), com o objectivo de proceder à ocupação, prioritária do ponto de vista estratégico, da praça de Elvas. Esta foi-lhe entregue sem resistência pelo marquês de Alorna (Neves, 2008: 64), de acordo com as Instruções do Príncipe Regente ao Conselho de Regência (Artigo VI), inseridas no Decreto de 26 de Novembro desse ano, e com a Proclamação ao país, do mesmo Príncipe, publicada nesta data.

Solano deixou três batalhões a guarnecer a fortaleza e ocupou ainda Campo Maior e Estremoz, antes de seguir para Setúbal, onde estabeleceu o seu quartel-general (Chagas, 1867: 342-343).

O ambiente de subserviência ou pelo menos de aceitação ou indiferença perante o invasor, na generalidade dos casos mais aparente que real, explica-se por diversos factores: as referidas ordens nesse sentido, proferidas pelo príncipe D. João; a sensação nacional de abandono, se não mesmo de ressentimento, motivada pela deslocação da corte para uma colónia distante; a incapacidade da Junta Governativa para enfrentar uma situação tão complexa; a impossibilidade de resistência ao inimigo, devido à falta dos mais elementares recursos defensivos; o receio das represálias do poderoso ocupante; e pelo menos da parte de algumas elites esclarecidas, uma certa expectativa perante as novidades revolucionárias, designadamente o modelo político constitucional, que conheciam através dos exemplo bem sucedidos da Inglaterra e dos Estados Unidos da América.

Todavia, como advertira Napoleão repetidas vezes ao general seu enviado, tal situação de acalmia duraria pouco. O desmantelamento do exército nacional, o lançamento da contribuição de cem milhões de francos, a ordem de recolha do ouro e prata das igrejas, a arrogância dos ocupantes para com as populações e as autoridades locais, as requisições militares, os aquartelamentos nas habitações particulares, os roubos e pilhagens, a violação e danificação dos locais de culto, a devastação das terras, a desorganização das actividades económicas e as cruéis represálias sobre as comunidades onde emergiam ensaios de resistência organizada ou simples actos

isolados de vingança, desencadearam uma vaga de contestação cada vez mais difícil de conter.

Neste clima de crescente hostilidade, a rebelião desencadeada em Espanha a partir de Março de 1808 contra a ocupação francesa, mas também contra Carlos IV e Godoy acusados de conluio com Napoleão (Tone, 1999; 43-64), contagiou quase de imediato o país vizinho. As juntas insurreccionais que rapidamente se constituíam nos principais centros urbanos, dirigiam proclamações aos portugueses para que lhes seguissem o exemplo. E simultaneamente apelavam às suas tropas que regressassem à pátria, a fim de aí combaterem o antigo aliado, entretanto convertido em inimigo.

Antes da retirada, o exército espanhol estacionado no Porto sob o comando de D. Domingos Belesta, promoveu, a 6 de Junho, a primeira tentativa de revolta, que apesar de rapidamente sufocada contagiou várias localidades do Minho e de Trás-os-Montes (Capela *et alt.*, 2008). Tais amotinções incutiram novo alento aos portuenses, que a 18 do mesmo mês aclamavam novamente o Príncipe Regente e constituíram uma Junta Provisional, rapidamente convertida na Junta do Supremo Governo do Reino (Soriano, 1870: 247-257).

A insurreição alastrou como um incêndio por quase todo o país, incluindo o Algarve. Aqui, a notícia da primeira revolta do Porto chegara por via marítima, poucos dias após a sua eclosão. Os algarvios, encorajados pelos exemplos das rebeliões nortenhas e andaluzas e também confiantes no apoio da esquadra inglesa que então se movimentava ao largo da sua costa, soltaram, a 16 de Junho, em Olhão, os primeiros gritos da revolta, que em três dias atingiria quase todo o Algarve (Iria, 2004).

O Alentejo, devido à forte presença das forças inimigas em Elvas (Fonseca, T., 2008), Estremoz e Vila Viçosa (Neves, 2008: 319), foi a última província a aderir à insurreição. Mas quando, a 19 de Junho, a revolta há tanto tempo contida eclodiu nesta última vila, os motins rapidamente se multiplicaram, do norte alentejano à orla algarvia e da fronteira às localidades marítimas (Neves, 2008: 319-337; 370-382).

A revolta de Vila Viçosa foi pronta e violentamente reprimida pelas tropas do general Avril, deslocadas para o efeito de Estremoz. A de Beja, a 24, foi dominada com idêntica selvajaria. A 26, Marvão prendia o governador da praça e um grupo de soldados, enquanto aclamava a Junta sediada no Porto (Lacerda, 19814: 18-20). A 2 de Julho, sublevou-se Campo Maior, com o apoio da Junta de Badajoz e sem se deixar intimidar pela proximidade de Elvas. Seguiram-lhe o exemplo Ouguela, Castelo de Vide, Arronches, Portalegre, Alter do Chão, Chança, Crato, Juromenha, Borba, mais uma vez Vila Viçosa, Alandroal, Arraiolos, Evoramonte, Avis, Fronteira e Estremoz.

Nesta última vila, os habitantes elegeram uma «grande junta» (Neves, 2008: 374), à qual se submeteram as de Borba, Vila Viçosa, Alandroal, Terena, Arraiolos, Veiros, Evoramonte, Vimieiro, Sousel, Avis e Fronteira e que chegou a disputar com as de Beja e de Campo Maior a supremacia sobre o Alentejo, enquanto se aguardava a sublevação de Évora (Neves, 2008: 374-377).

Uma vez instalada a Junta, os estremocenses trataram da reorganização do seu Regimento de Milícias. E formaram o Batalhão de Voluntários da mesma vila, a partir dos diversos corpos militares extintos, principalmente os Regimentos Nº 3 e Nº 15. Uma parte deste Batalhão tentaria, a 28 de Julho, prestar socorro a Montemor-o-Novo, quando aí passou Loison a caminho de Évora; e nesta cidade chegou a opor alguma resistência aos franceses, como referiremos adiante. Armaram-se também algumas tropas montadas. E das armas armazenadas na vila que o general Kellerman mandara anteriormente destruir, foi ainda possível recuperar umas 600, que viriam a ser utilizadas nos combates de Évora (Neves, 2008, 377).

Beja, entretanto liberta da guarnição gaulesa, voltou a sublevar-se, seguida de Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém. Finalmente, a 20 de Julho, Évora associava-se ao movimento insurreccional, por influência das povoações vizinhas, mas também pelas diligências nesse sentido, formuladas pelas juntas de Badajoz e de Sevilha (Botelho, 1915: 112-114).

A resistência no Alentejo teve três destacados impulsionadores e organizadores: o general espanhol D. Frederico Moretti, chefe da insurreição de Badajoz; o general Francisco de Paula Leite, que governava as Armas da Província do Alentejo na altura da invasão franco-espanhola; e António Lobo Infante de Lacerda, oficial de um dos regimentos de linha desmobilizados por ordem de Junot que entretanto se tornara sargento-mor de milícias (Neves, 2008: 320).

A 25 de Julho, Junot enviou uma expedição ao Alentejo para aplacar as revoltas na região, comandada por Loison e composta, de acordo com os vários testemunhos coevos, por 5000 a 10000 homens, 500 cavalos e forte artilharia (Fonseca, J. 2008: 242). A Junta eborense, presidida pelo arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo e composta, entre outras personalidades, pelo general Paula Leite, tentou deter, ou pelo menos retardar o avanço dos franceses. Para o efeito, enviou ao seu encontro o coronel Simão Aniceto Borges, com uma pequena força de 800 soldados, incluindo os Voluntários de Estremoz acima referidos. No entanto, este destacamento foi obrigado a retirar, a 28 de Julho, em Montemor-o-Novo, em virtude da sua considerável inferioridade numérica.

O violento assalto à capital da província ocorrido no dia seguinte e os horrores praticados durante o saque que lhe sucedeu, estão bem documentados por testemunhas oculares e outros autores da época, pelo que nos dispensamos de os descrever. E embora estudos recentes, baseados em novas fontes, defendam a ocorrência de uma mortandade inferior à descrita sob a emotividade dos acontecimentos (Fonseca, J. 2008), não retiram o dramatismo das ocorrências nem desvalorizam a coragem de quem tentou, em condições de manifesta desigualdade e com recurso a armas improvisadas, resistir ao invasor, ou minimizar os efeitos do assalto através de hábeis e ardilosas negociações, frequentemente confundidas, pela população assustada, com atitudes de convivência com o inimigo.

A crueldade do ataque chocou e aterrorizou toda a Província, principalmente as localidades mais próximas da rota traçada pelos expedicionários. O estado de espírito

destas comunidades ajuda a explicar as atitudes adoptadas pelos estremocenses e os redondenses, para se salvaguardarem de uma investida semelhante. Os primeiros, enviaram uma deputação a Loison, para o cumprimentar e pedir-lhe perdão pelo anterior acto de desobediência. E os segundos fugiram das suas casas «para os campos», deixando a vila «quase desamparada e deserta» (Fonseca, T. 2008: 233).

Depois de entrar pacificamente em Estremoz, a tropa gaulesa passou junto a Borba e Vila Viçosa sem as atacar, devido à pressa de atingir Elvas antes da tropa espanhola, concentrada em grande número do outro lado da fronteira. Chegaram a esta cidade a 3 de Agosto e no dia seguinte fizeram aqui uma feira, na qual puseram à venda parte do valioso produto do saque de Évora (Neves, 2008: 259). Na noite de 4 para 5 Loison partiu para Portalegre, de onde apressou o regresso a Lisboa, surpreendido com a notícia do desembarque dos ingleses (Neves, 2008: 259-260) junto à Figueira da Foz, iniciado no dia 1.

Elvas não sofreu os assaltos violentos e devastadores de Évora, Beja ou Vila Viçosa. Mas devido à sua importância estratégica viveu sob a ocupação inimiga por muito mais tempo que qualquer outra localidade alentejana e apenas talvez superada, no plano nacional, pela praça de Almeida. Instalados na cidade a 1 ou 2 de Dezembro de 1807, os ocupantes apenas abandonariam, a 1 de Outubro do ano seguinte, os fortes de Lippe e de Santa Luzia, últimos redutos em que se refugiaram após a Convenção de Sintra, pois a ira popular, prestes a explodir a cada momento, tornava cada vez mais perigosa a sua permanência na praça.

Os franceses tinham de facto razões para reear a vingança. Durante dez meses, prenderam e mataram numerosos elvenses; extorquiram-lhes tributos incomportáveis em dinheiro, gado e alimentos; roubaram bens particulares, armas e munições; e danificaram peças de artilharia pesada, além das ofensas e ameaças constantes com que intimidavam os moradores, não poupando as autoridades locais, os magistrados régios e o próprio bispo, entretanto desalojado do seu palácio (Fonseca, T. 2008).

As invasões de 1809 e de 1810 tiveram apenas consequências indirectas no Alentejo, uma vez que Soult se deteve na margem direita do Vouga e Massena não chegou a atravessar o Tejo. Os soldados de Napoleão estacionados nas localidades espanholas próximas da fronteira, ainda promoveram, posteriormente, algumas surtidas esporádicas em território alentejano, sem todavia se voltarem a fixar (Vicente, 2007: 72).

A título de exemplo, entre Outubro de 1811 e Março de 1812, os combatentes gauleses, em grupos que oscilaram entre a centena e os quase dois milhares, transpuseram várias vezes a fronteira, a partir de Vila Nueva del Fresno. Atacam Mourão, Moura, Pias, Serpa, Amareleja, Barrancos e aldeias do termo de Monsaraz. Furtaram gado e bens alimentares; incendiaram casas; fizeram reféns para extorquir dinheiro às populações; e praticaram todo o tipo de vandalismos e atrocidades. Os moradores, incluindo as autoridades locais, quando pressentiam a sua aproximação, procuravam fugir para terras mais afastadas da fronteira, transportando consigo aquilo que podiam<sup>1</sup>.



Não obstante, a partir de 1811 a situação inverteu-se. Dezenas de milhar de portugueses, enquadrados no poderoso e bem organizado exército anglo-luso-hispânico, passaram de perseguidos a perseguidores. Com a ajuda dos activos guerrilheiros espanhóis, os militares das três nações aliadas obrigaram os invasores a recuar, fazendo-os transpor os Pirinéus nos finais de 1813 (Tone, 1999). Continuaram a atacá-los no seu próprio território até Bordéus, numa batida sem tréguas, apenas terminada quando foi conhecida a abdicação de Bonaparte (Vicente, 2007: 70-85).

Terminada a Guerra Peninsular, sucederam-se alguns anos de aparente acalmia. Porém, o germe liberal que entretanto tocara o espírito dos portugueses mais abertos ia alastrando, favorecido pela desilusão crescente face à incapacidade do velho regime absolutista para acompanhar as rápidas transformações socioeconómicas que se operavam no país.

O novo ideário começara a penetrar ainda em finais de setecentos, por diversas vias: a formação jusnaturalista e empirista transmitida pela Universidade de Coimbra reformada por Pombal; as leituras e debates dos círculos intelectuais dos principais centros urbanos do reino e de algumas das praças militares importantes; a actividade dinâmica, aberta e inovadora da Academia das Ciências de Lisboa; o convívio dos nacionais com os estrangeiros radicados em Portugal, com destaque para as importantes colónias de homens de negócios franceses e ingleses, os militares, e os agentes diplomáticos acreditados em Portugal; e a maçonaria, com o seu espírito racionalista e tolerante.

E embora as malhas da censura e o controle policial se apertassem com o eclodir da Revolução Francesa e particularmente a partir da Convenção, muitas obras de teor iluminista e filsofista continuaram a entrar clandestinamente no país ou foram mesmo nele publicadas, com títulos falsos. Havia, de facto, bastante literatura proibida nas bibliotecas de membros do clero, da nobreza, de burgueses e militares cultos e de estrangeiros que disponibilizavam os seus volumes a leitores nacionais. Numerosos intelectuais serviam-se da lista oficial de livros proibidos para efectuar as suas encomendas. E alguns lentes da Universidade ousavam recomendar aos alunos bibliografia incluída nesse mesmo rol (Ramos. 1988:5-13).

O então coronel Gomes Freire de Andrade, maçom e liberal, bem como muitos dos seus colaboradores nas Campanhas do Rossilhão e Catalunha, regressaram imbuídos de concepções revolucionárias e desejosos de desempenhar um papel político activo. E a maçonaria adquiriu a partir de então um novo fôlego, devido à adesão ao seu ideal, durante esta campanha, de numerosos militares portugueses (Dias, G., Dias, J. 1980. 421-473).

A ocupação do país por Junot e a ausência do Príncipe Regente lançaram Portugal numa crise inédita de autoridade e de poder, para a qual foram apontadas algumas soluções. Uma delas, formulada por um grupo de «afrancesados», consistiu no envio de uma representação a Napoleão. Os autores do texto propunham ao imperador a designação de um seu familiar para rei de Portugal. E solicitavam-lhe ainda a outorga

de uma constituição, idêntica à que atribuíra ao Grão-ducado de Varsóvia, adiando mesmo um conjunto de princípios a incluir no futuro texto constitucional (Canotilho, 1993: 149-150). Em Junho de 1808, na altura da eclosão do levantamento nacional contra a ocupação estrangeira, foi posto a circular um manifesto no qual se requeria ao Príncipe D. João a outorga de uma constituição para o reino, invocando-se o exemplo inglês (Santos, 1988: 451-453). Estas duas ocorrências confirmam que a ideia de constituição era então recorrente em Portugal e defendida tanto por liberais francófilos como por liberais nacionalistas.

A retirada de Junot desencadeou por todo o reino uma perseguição intensa aos «afrancesados», embora com maior violência no Norte. Promovida no começo de forma arbitrária e espontânea, em ambiente de plena oclocracia (Moliner Prada, 2008: 218-223) passou a ser, a pouco e pouco, controlada pelos Governadores do Reino. Por edital de 5 de Dezembro de 1808, foi estabelecida a prática da delação oculta, que resultou em numerosas prisões, desterros e fugas.

Os Governadores procuravam assim retomar as rédeas do poder, por duas vias simultâneas: a repressão dos críticos e adversários do absolutismo e o afastamento do povo da cena política. Intensificaram as perseguições após a segunda e a terceira invasões francesas, elegendo como alvo e de forma indiscriminada pedreiros livres, liberais moderados e jacobinos. Justificavam o movimento persecutório com imperativos de segurança militar. Mas o seu real motivo consistia na crescente agitação pró-liberal (Dias, G., Dias, J., 1980:536-566), desencadeada não só por influência francesa, mas de forma mais imediata pelos eventos políticos em Espanha, que culminaram na convocação das Cortes de Cádiz, em Setembro de 1810 e na promulgação da constituição com o mesmo nome, em Março de 1812 (Artola, 1979: 159-174).

Durante a Guerra Peninsular surgiu uma vasta literatura, inserida no movimento panfletário europeu contra a Revolução Francesa, a dominação napoleónica e os «afrancesados». Esta onda propagandística foi apoiada se não mesmo em boa parte promovida pelo governo e os seus agentes policiais, como se comprova pelo facto de a maior parte dos 2000 panfletos, folhas volantes, caricaturas e proclamações deste teor ter sido editada pela imprensa régia (Lisboa, 1991: 163-176).

Ao mesmo tempo, a imprensa periódica sofria uma assinalável melhoria, qualitativa e quantitativa. As autoridades governamentais, que viam neste surto editorial uma arma de combate às ideias revolucionárias do invasor, abrandaram a censura. E os perseguidos políticos portugueses exilados em Paris e Londres, aproveitaram esta abertura para editar jornais de feição liberalizante, que vinham ao encontro das aspirações da crescente onda de descontentes (Lisboa, 1991:177-196).

A perda do mercado brasileiro decorrente dos tratados comerciais com a Inglaterra assinados pelo Príncipe Regente a partir do Brasil representou um duro golpe para a já tão debilitada economia nacional, despoletando a hostilidade da burguesia mercantil para com a monarquia absoluta. E a prolongada ausência da família real naquela colónia

entretanto promovida a reino, contribuía também para agravar o mal-estar da sociedade portuguesa.

Os militares representavam um sector socioprofissional particularmente aberto e esclarecido. De modo algo paradoxal, enquanto combateram os franceses, familiarizaram-se com os seus modelos administrativos e legislativos e os seus conceitos de direitos humanos e de liberdade, que passaram a encarar como alternativas ao decrépito e desacreditado regime político português. Além disso, sentiam-se injustiçados pelas autoridades do seu país e encontravam-se profundamente magoados pela subalternização a que haviam sido remetidos por Beresford, que na prática dominava política e militarmente Portugal (Newitt, Robson, 2004).

Dando corpo ao descontentamento civil e militar, o prestigiado general Gomes Freire de Andrade, regressado ao país em 1815 com o que restara da Legião Portuguesa e eleito grão-mestre da maçonaria lusitana no ano seguinte, protagonizou, em 1817, a primeira tentativa séria de mudança política. A conspiração, apesar de cruelmente reprimida, não logrou desmobilizar os liberais. Pelo contrário, aprofundou a tomada de consciência da urgência de uma mudança radical.

Assim surgiria no Porto, em Janeiro de 1818, uma organização secreta, o Sinédrio, enquadrada essencialmente por civis e militares liberais que em 1807 tinham abraçado a causa nacional (Dias, G., Dias, J., 1980: 645-677). Sem intenção de organizar, no imediato, um movimento político revolucionário, os seus membros trataram apenas de elaborar as bases ideológicas e programáticas a aplicar quando surgisse outra oportunidade de alteração do regime.

Os acontecimentos precipitar-se-iam em Março de 1820, com a nova viragem liberal em Espanha. Animados pelo seu exemplo, um punhado de civis e militares cuja consciência liberal se forjara na Guerra Peninsular, promoveria, no Porto, a 24 de Agosto do mesmo ano, a revolução que viria a constituir o primeiro passo do caminho, ainda longo e difícil, que conduziria à implementação do constitucionalismo português.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- ARTOLA, Miguel. 1979. *Antiguo Regimen y revolución liberal*. Barcelona: Ariel.
- BESSA, Carlos. 1996. «Portugal desarmado por Junot e o levantamento de «a nação em armas» em 1808. *VII Colóquio de História Militar: «O recrutamento militar em Portugal»*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 207-237.
- BOTELHO, J. J. Teixeira. 1915. *História Popular da Guerra da Península*, Porto: Livraria Chardron.
- CANOTILHO, Joaquim Gomes. 1993. «As constituições». *História de Portugal*. Org. de José Mattoso. Vol.5, «O liberalismo». Lisboa: Estampa, 149-165.
- CAPELA, José Viriato, MATOS, Henrique, BORRALHEIRO, Rogério. 2008. *O heróico patriotismo das províncias do Norte. Os concelhos na Restauração de Portugal de 1808*. Braga: Casa Museu de Monção / Universidade do Minho.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro. 1867. *História de Portugal*. Vol.11. Lisboa: Escriptorio da Empreza.
- DIAS, Graça, DIAS, José Sebastião da SILVA, *Os primórdios da maçonaria em Portugal*. Vol. I, Tomo II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- FONSECA, Jorge. 2008. «O saque de Montemor-o-Novo e Évora por Loison nos relatos da época», *A Guerra Peninsular. Perspectivas multidisciplinares. Congresso internacional e interdisciplinar evocativo da Guerra Peninsular. XVII Colóquio de História Militar. Nos 200 anos das invasões napoleónicas em Portugal*, vol. I. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar / Centro de Estudos Anglo-Portugueses, 241-249.
- FONSECA, Teresa. 2008. «Elvas na primeira invasão francesa», *A Guerra Peninsular. Perspectivas multidisciplinares. Congresso internacional e interdisciplinar evocativo da Guerra Peninsular. XVII Colóquio de História Militar. Nos 200 anos das invasões napoleónicas em Portugal*, vol. I. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar / Centro de Estudos Anglo-Portugueses, 227-239.
- FURIER, André. 2007. *La Guerra de las Naranjas (Luciano Bonaparte en Badajoz)*. (Trad., ed. y apêndice de Luís Alfonso Limpo Píriz). Badajoz: Diputación.
- LACERDA, João Limpo Pimentel Pereira de. 1814. *Mappa Historico-Militar-Politico, e Moral da Cidade de Évora, ou Exacta Narração do Terrível Assalto, que á mesma Cidade deo o General Loison com hum exercito de nove mil homens em o fatal dia 29 de Julho de 1808*, vol. I. Lisboa: Na Off. De Antonio Rodrigues Galhardo.
- LISBOA, João Luís. 1991. *Ciência e política*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MOLINER DE PRADA, Antonio. 2008. «La revolucion de 1808 en España y Portugal en la obra del dr. Vicente José Pereira Cardoso da Costa». *A Guerra Peninsular. Perspectivas multidisciplinares. Congresso internacional e interdisciplinar evocativo da Guerra Peninsular. XVII Colóquio de História Militar. Nos 200 anos das invasões*

*napoleónicas em Portugal*, vol. I. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar / Centro de Estudos Anglo-Portugueses, 203-226.

NEVES, José Acúrcio das. 2008 [1810-1811]. *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*. Porto: Afrontamento.

NEWITT, Malyn, ROBSON, Martin. 2004. *Lord Beresford e a intervenção britânica em Portugal. 1807-1820*. (Trad. De Mariana Pardal Monteiro). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

PARRA, Emilio La. 2002. *Manuel Godoy. La aventura del poder*. Barcelona: Tusquets Editores.

PEREIRA, José António Rodrigues, «A marinha de guerra portuguesa nos finais do século XVIII», *A Guerra Peninsular. Perspectivas multidisciplinares. Congresso internacional e interdisciplinar evocativo da Guerra Peninsular. XVII Colóquio de História Militar. Nos 200 anos das invasões napoleónicas em Portugal*, vol. I. Lisboa:: Comissão Portuguesa de História Militar / Centro de Estudos Anglo-Portugueses, 103-119.

RAMOS, A. Luís de Oliveira. 1988. «Os agentes de introdução e divulgação do ideário da Revolução Francesa em Portugal», separata de *Portugal da Revolução Francesa ao Liberalismo*. Braga: Universidade do Minho.

SANTOS, Maria Helena Carvalho dos. 1988. «A evolução da ideia de constituição em Portugal». *Revista de História das Ideias*. Nº 10. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias / Faculdade de Letras, 435-456.

SORIANO, Simão José da Luz. 1870. *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal. Segunda Epocha. Guerra Peninsular*. Tomo 1. Lisboa: Imprensa Nacional.

TELO, António José. 2005. «A Península nas guerras globais de 1792-1815», *Guerra Peninsular. Novas interpretações*. Lisboa: Tribuna da História, 297-328.

TONE, John L., 1999. *La guerrilla española y la derrota de Napoleón*. Madrid: Aliança Editorial.

VENTURA, António. 2006. *Planos espanhóis para a invasão de Portugal (1797-1801)*. Lisboa: Horizonte.

\_\_\_\_\_. 2008. *Guerra das Laranjas*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

VICENTE, António Pedro. 2000. *O tempo de Napoleão em Portugal. Estudos históricos*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

\_\_\_\_\_. 2007. *Guerra Peninsular. 1801-1814*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

## NOTAS

- 1 Torre do Tombo / Intendência Geral da Polícia, Contas para as Secretarias de Estado. Livro 13. Contas de 24-10-1811, fls. 78v.-79; 28-11-1811, fl. 103; 28-12-1811, fls. 111v.-112; 6-1-1812, fl. 126; 10-3-1812, fl. 152.